

Seminário BAIXADA EM MOVIMENTO

povo, cultura e poder



LETRACAPITAL



Seminário Baixada em Movimento:
povo, cultura e poder

3 DE JUNHO DE 2023

*Esta publicação foi financiada com recursos da FAPERJ,
processo CNE E-26/202.580/2019.*

LETRCPITAL

Copyright © Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Orlando Alves dos Santos Junior, 2023

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610,
de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida
ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados,
sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto

REVISÃO Dos autores

PROJETO GRÁFICO E CAPA Jenyfer Bonfim

ISBN: 978-85-7785-865-1

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels.: (21) 3553-2236 / 2215-3781
vendas@letracapital.com.br
www.letracapital.com.br

Programa Baixada Fluminense em Movimento

Estratégias de Desenvolvimento Local para 2024

O objetivo deste texto é propor um roteiro para a elaboração de estratégias de desenvolvimento local para a Baixada Fluminense, tendo em vista o contexto das eleições municipais de 2024. A proposta é que este documento se constitua em um programa movimento, ou seja, um programa aberto em permanente elaboração, para ser construído com a participação de todos e de todas, incorporando os diferentes segmentos sociais da população.

O desafio é dotar os futuros governos municipais de capacidade política e institucional para implementar políticas públicas que promovam a universalização da cidadania da população, redução das desigualdades socioespaciais na metrópole e ampliação das possibilidades de integração social da Baixada Fluminense. Em outras palavras, busca-se contribuir para a construção de um novo projeto de desenvolvimento regional fundado na cidadania, na justiça social e na democracia local.

Com esse objetivo, dividimos este documento em duas partes. Na primeira, trazemos as diretrizes gerais que balizam este programa-movimento. Na segunda parte, indicamos algumas questões centrais para pensar a Baixada Fluminense na atualidade, que devem ser levadas em consideração na definição das prioridades e das políticas públicas a serem implementadas pelos governos municipais.

Os tópicos apresentados se constituem em um roteiro para ser discutido e aprofundados em seminários na região, de forma a desenvolver este programa-movimento de governo com representatividade e ampla participação.

A delimitação da Baixada Fluminense toma como referência a classificação utilizada pelo Instituto de Segurança Pública – ISP, que abrange 13 municípios: Belford Roxo (BFR), Duque de Caxias (DQC), Guapimirim (GPM), Itaguaí (ITG), Japeri (JPR), Magé (MAG), Mesquita (MQT), Nilópolis (NLP), Nova Iguaçu (NIÇ), Paracambi (PRC), Queimados (QMD), São João de Meriti (SJM) e Seropédica (SRP).

1. Diretrizes gerais do programa

(i) a ampliação da participação popular, promovendo, sempre que possível, a articulação entre as instituições da democracia representativa e as formas diretas de participação da sociedade civil, através da criação de canais e procedimentos democráticos que permitam o permanente diálogo com a sociedade e a descentralização das decisões políticas.

(ii) a inversão de prioridades de governo, propondo o redirecionamento dos principais investimentos para as periferias e áreas socioespaciais mais desfavorecidas, resgatando a dívida social, garantindo a igualdade de acesso aos serviços públicos essenciais e recuperando a qualidade dos mesmos.

(iii) a desprivatização do Estado, democratizando-o, ampliando os espaços públicos e transformando a relação do Estado com a cidadania de forma a se opor às formas clientelistas e aos favorecimentos políticos na distribuição dos recursos públicos, enfrentando as formas de ilegalismo e de racialização que marcam a atuação das instituições públicas.

(iv) a articulação entre as instâncias municipais de governo e as instâncias do governo estadual e federal em torno das políticas para a Baixada Fluminense, de forma a promover políticas integradas e coordenadas entre as várias agências públicas que intervêm na região. Esta articulação deve ser promovida tendo como eixo a definição de grandes prioridades de governo e a proposição de uma nova agenda de políticas públicas capazes de enfrentar os problemas emergenciais da Baixada Fluminense.

2. Questões centrais para pensar a Baixada Fluminense na atualidade

Pensar a Baixada Fluminense é um desafio. Em geral, os discursos hegemônicos sobre a região não dão conta das mudanças ocorridas nos últimos anos e da complexidade da configuração socioespacial da Baixada Fluminense. Os tópicos enunciados a seguir buscam indicar algumas questões centrais para pensar a Baixada Fluminense na contemporaneidade, disputando uma nova narrativa sobre a região, de forma a subsidiar a discussão em torno das prioridades e das principais ações a serem implementadas pelos futuros governos municipais eleitos para o período de 2025-2028.

2.1. Heterogeneidade e complexidade

A periferia mudou e não é mais a mesma. As dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ecológicas são muito mais complexas e não podem mais serem explicadas a partir do modelo tradicional centro-periferia e da imagem da Baixada Fluminense como um território marcadamente dormitório e fortemente dependente da capital. Ao mesmo tempo, a Baixada Fluminense não pode ser entendida fora do quadro de referência do desenvolvimento geográfico desigual que caracteriza o Estado do Rio de Janeiro, no qual os centros exploram e subordinam as periferias. Nesse sentido, a Baixada Fluminense permanece sendo uma região periférica pela sua subordinação ao núcleo metropolitano.

De fato, existem mecanismos que produzem e reproduzem a concentração de riqueza, poder e bem-estar no centro em detrimento da periferia. E as políticas públicas implementadas pelo Estado se constituem em um desses mecanismos. Nesse sentido, romper com estes mecanismos e promover políticas de universalização das condições de bem-estar social na periferia se constituem em objetivos políticos fundamentais. Para isso, é importante entender que a periferia é diferente do passado, é uma periferia com vitalidades e centralidades próprias conformando uma rede socioespacial dinâmica. Tudo isso resulta em uma configuração

socioespacial heterogênea, complexa, contraditória e desigual, com especificidades que são próprias da Baixada Fluminense.

Além disso, a periferia também é atravessada de múltiplas potências que emergem das suas tradições, memórias, solidariedades e resistências que reivindicam reconhecimento. A afirmação da Baixada Fluminense como periferia é, portanto, a afirmação de suas potências, energias, forças criativas e a capacidade de sua gente de se reinventar, criando novas possibilidades de ser e viver neste espaço.

A heterogeneidade e complexidade da Baixada Fluminense é reforçada pela sua dinâmica demográfica. Com cidades de grande e médio porte, a concentração populacional da Baixada Fluminense torna a Região a segunda maior do Estado, sendo superada apenas pela capital. Em 2020, a população estimada da Baixada Fluminense era composta por 3.908.510 moradores, distribuídos nos seus 13 municípios, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

População Estimada da Baixada Fluminense – 2021

Município	População Estimada (2020)	Percentual (%)
Duque de Caxias	924.624	23,7
Nova Iguaçu	823.302	21,1
Belford Roxo	513.118	13,1
São João de Meriti	472.906	12,1
Magé	246.433	6,3
Mesquita	176.569	4,5
Nilópolis	162.693	4,2
Queimados	131.335	3,9
Itaguaí	134.819	3,4
Japeri	105.548	2,7
Seropédica	83.092	2,1
Guapimirim	61.388	1,6
Paracambi	52.683	1,3
Total	3.908.510	100

Fonte: Governo do Estado do Rio de Janeiro, conforme <http://www.rj.gov.br/Uploads/Noticias/1327008%20-%20Fevereiro%202021%20-%20Baixada%20Fluminense.pdf>, acessado em janeiro de 2021.

As centralidades da Baixada Fluminense não são apenas vinculadas à dinâmica econômica, mas envolvem também dinâmicas sociais, políticas, religiosas e culturais. Apenas para ilustrar estas centralidades, vale destacar que um percentual significativo de moradores trabalha no próprio município ou na própria região, se reproduzindo a partir das dinâmicas econômicas produzidas neste território. Nos dois maiores municípios da região, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, o percentual da população que trabalha no próprio município de residência chega a 67,8% e 60,3%, respectivamente. Mesquita é o município com menor percentual de moradores trabalhando na própria cidade, com 38,7%. Mas é preciso levar em consideração que os municípios da Baixada são bastante conurbados, o que torna o mercado de trabalho na própria região uma oportunidade a ser buscada pelas famílias. Vale destacar que também é significativo o percentual de pessoas que trabalha na própria residência, variando de 13,1% em Japeri à 20,5% em Itaguaí.

Baixada Fluminense – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de exercício do trabalho principal – 2010

Município	Total de ocupados (N)	Município de residência (%)	Município de residência – no domicílio de residência (%)	Município de residência – fora do domicílio de residência (%)	Outro município (%)	Mais de um município (%)
Belford Roxo (RJ)	191.862	46,6	19,1	27,4	52,6	0,8
Duque de Caxias (RJ)	358.494	67,8	21,2	46,6	31,5	0,7
Guapimirim (RJ)	22.014	70,4	15,7	54,6	29,1	0,5
Itaguaí (RJ)	45.738	78,5	20,5	57,9	21,1	0,4
Japeri (RJ)	34.548	43,2	13,1	30,1	56,1	0,7
Magé (RJ)	91.206	65,1	17,2	47,8	34,4	0,5
Mesquita (RJ)	71.360	38,7	14,5	24,2	60,1	1,2
Nilópolis (RJ)	66.047	45,8	13,8	32,0	52,1	2,1
Nova Iguaçu (RJ)	325.225	60,3	20,0	40,3	39,0	0,7
Paracambi (RJ)	17.636	75,1	19,0	56,1	23,0	1,9
Queimados (RJ)	54.400	47,1	15,0	32,1	52,3	0,6
São João de Meriti (RJ)	198.798	49,8	14,7	35,1	48,9	1,3
Seropédica (RJ)	33.032	68,0	17,3	50,7	31,3	0,6
Total	1.510.360	57,7	18,3	39,4	41,4	0,9

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

As centralidades da Baixada Fluminense precisam ser compreendidas e levadas em consideração no desenvolvimento dos programas de governos voltados para a promoção da cidadania, justiça social e democracia.

2.2. Produção e circulação de riqueza

A visão da Baixada Fluminense como um território homogêneo e marcadamente pobre não corresponde à realidade deste território. De fato, talvez a visão mais aproximada da Baixada seria a de um território onde riqueza e pobreza parecem conviver em um emaranhado explosivo e perverso, gerador de muitas desigualdades e injustiças sociais.

Para desenvolver políticas públicas promotoras de cidadania e integração social é necessário entender a complexa dinâmica econômica, suas vitalidades e fontes de decadência e atuar sobre elas de forma a gerar um processo virtuoso de desenvolvimento social e econômico sustentável e promotor de justiça social.

Em termos sintéticos, podemos caracterizar a economia da Baixada Fluminense nos seguintes pontos:

a) Os municípios da Baixada Fluminense têm uma forte participação no PIB do Estado, com destaque para Duque de Caxias ocupando a terceira posição no ranking estadual e Nova Iguaçu a sétima.

b) Os municípios da Baixada Fluminense apresentam uma diversidade econômica considerável, expressa na participação dos diferentes setores na composição do Valor Bruto da Produção – VAB dos municípios da Baixada Fluminense, apesar de, em geral, haver uma predominância do setor de serviços.

c) Apesar da vitalidade, a dinâmica econômica é insuficiente para garantir o bem estar para o conjunto da sua população. De fato, percebe-se um paradoxo: quando compara-se o PIB per capita dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, os municípios da Baixada Fluminense se posicionam na base da tabela ocupando os piores lugares. Nesta direção, cabe destacar que os municípios de Belford Roxo, Japeri e Mesquita ocupam os últimos lugares no ranking estadual, em 90º, 91º e 92º lugares respectivamente.

d) Constata-se uma grande desigualdade econômica entre os municípios da Baixada Fluminense, que opõe Duque de Caxias e

Nova Iguaçu como os municípios mais ricos, de um lado, e Guapimirim, Paracambi e Japeri como os municípios mais pobres, de outros, com os demais municípios ocupando posições intermediárias.

PIB e PIB per capita dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 2019

Nome do Município	Produto Interno Bruto (R\$ 1.000) e posição no Estado do RJ	Produto Interno Bruto per capita (R\$ 1,00) e posição no Estado do RJ
Belford Roxo	8.065.141,90 (16º)	15.785,96 (90º)
Duque de Caxias	45.332.366,16 (3º)	49.295,96 (23º)
Guapimirim	1.061.378,24 (49º)	17.538,51 (84º)
Itaguaí	7.948.882,76 (18º)	59.757,50 (13º)
Japeri	1.436.573,61 (45º)	13.711,95 (91º)
Magé	4.253.438,16 (26º)	17.355,94 (85º)
Mesquita	2.318.657,28 (39º)	13.166,48 (92º)
Nilópolis	2.904.425,73 (32º)	17.875,04 (82º)
Nova Iguaçu	17.424.682,24 (7º)	21.220,42 (60º)
Paracambi	982.349,99 (52º)	18.798,44 (76º)
Queimados	3.875.540,49 (28º)	25.782,11 (44º)
São João de Meriti	9.795.913,05 (14º)	20.736,22 (64º)
Seropédica	4.158.503,31 (27º)	50.521,23 (21º)
Baixada Fluminense	109.557.852,92	-
Maricá	37.522.727,46 (4º)	232.761,15 (1º)
Niterói	46.553.203,15 (2º)	90.643,80 (7º)
Rio de Janeiro	354.981.483,80 (1º)	52.833,25 (18º)
Estado do Rio de Janeiro	779.928.000,00	45.177,00

Fonte: IBGE, PIB municipal, 2019

Valor Bruto da Produção (VAB) setorial dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2018

Nome do Município	VAB da Agropecuária (R\$ 1.000)	VAB da Indústria (R\$ 1.000)	VAB dos Serviços (R\$ 1.000)	VAB da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (R\$ 1.000)	VAB total (R\$ 1.000)
Belford Roxo	2.817	850.049	3.114.737	3.192.382	7.159.985
Duque de Caxias	12.864	8.997.788	20.229.370	6.281.609	35.521.631
Guapimirim	17.245	81.268	359.001	450.249	907.763
Itaguaí	16.202	628.244	5.639.321	1.075.294	7.359.061
Japeri	4.958	145.746	480.048	693.785	1.324.537
Magé	44.438	336.631	1.628.123	1.615.056	3.624.248
Mesquita	2.554	115.479	953.667	1.076.048	2.147.748
Nilópolis		133.349	1.473.304	1.023.358	2.630.011
Nova Iguaçu	7.596	1.324.870	8.639.527	5.321.289	15.293.282
Paracambi	3.174	133.470	385.716	353.707	876.067
Queimados	2.696	510.165	1.658.211	1.021.876	3.192.949
Rio Bonito	19.262	249.237	800.167	452.208	1.520.875
São João de Meriti	1.199	445.235	5.108.141	2.956.462	8.511.037
Seropédica	13.330	692.496	2.585.154	599.143	3.890.123
BAIXADA FLUMINENSE	148.334	14.644.026	53.054.488	26.112.467	93.959.315
Cachoeiras de Macacu	41.936	134.567	336.862	434.931	948.296
Itaboraí	9.496	380.523	2.112.171	1.622.400	4.124.590
Maricá	11.975	17.681.871	7.572.973	1.355.995	26.622.815
Niterói	19.078	16.533.541	17.333.081	4.059.836	37.945.535
São Gonçalo	60.566	2.076.698	8.372.606	6.598.974	17.108.844
Tanguá	6.830	40.747	215.858	252.304	515.739
Mangaratiba	17.642	158.509	2.811.177	417.213	3.404.541
Rio de Janeiro	86.011	36.657.075	184.727.809	50.192.408	271.663.304
RMRJ	401.867	88.307.558	276.537.025	91.046.529	456.292.979

Fonte: IBGE, PIB municipal.

2.3. Desigualdades socioespaciais, pobreza e fome

Apesar da produção e circulação de riqueza, a Baixada Fluminense também é marcada pela pobreza, se caracterizando como um território marcado por fortes desigualdades socioespaciais. Como dito anteriormente, riqueza e pobreza estão entrelaçadas de forma explosiva.

Olhando os indicadores econômicos e sociais que permitem avaliar as condições de vida da população, percebemos que a cidadania está longe de ser universalizada na Baixada Fluminense e que as diferenças sociais são muito acentuadas quando comparamos a capital e os municípios da região. Para avaliar estas desigualdades, podemos inicialmente tomar como referência o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Nesta direção, podemos observar que todos os municípios da Baixada Fluminense apresentam médio IDH, com índices sempre inferiores à capital, a cidade do Rio de Janeiro. Japeri, com 0,659, e Queimados, com 0,680, são os municípios da Baixada Fluminense que ocupam as posições mais baixas no ranking dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, situados nas 83ª e 73ª posições, respectivamente. Nilópolis, com o índice de IDH de 0,753, é o mais bem colocado, ocupando a 9ª posição. Os demais municípios ocupam posições intermediárias no ranking estadual.

IDH – Municípios da Baixada Fluminense – 2010

Município	IDH (2020)	Posição no Estado (92 municípios)
Duque de Caxias	0,711	49º
Nova Iguaçu	0,713	41º
Belford Roxo	0,684	70º
São João de Meriti	0,719	34º
Magé	0,709	51º
Mesquita	0,737	16º
Nilópolis	0,753	9º
Queimados	0,680	73º
Itaguaí	0,715	38º
Japeri	0,659	83º
Seropédica	0,713	41º
Guapimirim	0,698	59º
Paracambi	0,720	33º
Rio de Janeiro	0,799	2º

Fonte: IBGE, 2010. Ver <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/pesquisa/37/0>

O IDH tem como componentes indicadores de renda, educação e saúde. Tomando-se como referência o município do Rio de Janeiro e comparando este com os municípios da Baixada Fluminense, percebe-se que as desigualdades sociais envolvem estes três componentes não só demarcando diferenças entre a região e o núcleo metropolitano como também diferenças internas na própria Baixada

Fluminense, o que pode ser ilustrado por indicadores selecionados pela Casa Fluminense, no Mapa da Desigualdade – Região Metropolitana do Rio de Janeiro 2020¹.

No que diz respeito ao indicador de renda, observa-se que a remuneração nominal média do emprego formal, em quase todos os municípios da Baixada Fluminense era muito baixa e inferior ao município do Rio de Janeiro. Enquanto na capital a o salário médio recebido nos empregos formais era de R\$ 4.117,35, em Magé, Paracambi, Guapimirim, Nilópolis e São João de Meriti esta média era inferior à R\$ 2.000,00. Os únicos municípios da região que apresentavam médias relativamente altas eram Itaguaí, com R\$ 3.626,94, e Seropédica, que surpreendentemente ultrapassou a média do Rio de Janeiro, com R\$ 4.606,60.

No campo da saúde, utilizando-se como indicador a proporção de leitos hospitalares públicos disponíveis a cada 10 mil habitantes, podia-se perceber as enormes desigualdades que separam a Baixada Fluminense e o Rio de Janeiro, mas também as desigualdades dentro da própria região. Se destacavam como os mais deficientes os municípios de Japeri, que não possuía nenhum leito público, São João de Meriti, Belford Roxo e Seropédica, que apresentavam proporções de leitos por 10 mil habitantes da ordem de 2,0, 3,0 e 3,3, respectivamente. Interessante observar que Guapimirim apresentava uma proporção de 10,6 leitos por 10 mil habitantes, superando levemente o município do Rio de Janeiro, que tinha uma proporção de 10,5 leitos.

Por fim, no que se refere à educação, utilizou-se como parâmetro de comparação o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Neste caso, vale destacar que todos os municípios da Baixada Fluminense apresentam nota abaixo da média da cidade do Rio de Janeiro, que é de 4,7, e da média nacional, que é 4,4. Neste caso, vale destacar, que com exceção do Rio de Janeiro, todos os municípios da Região Metropolitana apresentam nota inferior à média nacional. Olhando os municípios da Baixa-

¹ Cf. https://www.casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2020/07/mapa-da-desigualdade-2020-final_compressed.pdf, acessado em fevereiro de 2022.

da Fluminense entre si, percebe-se que a nota do IDEB varia de 3,5 em Belford Roxo, São João de Meriti, Mesquita e Seropédica até 4,0 em Paracambi, o mais bem avaliado.

Indicadores selecionados de renda, saúde e educação – Municípios da Baixada Fluminense – 2020

Município	Salário médio – Remuneração nominal média do emprego formal em dezembro de 2018 (R\$)	Proporção de leitos hospitalares públicos disponíveis a cada 10 mil habitantes – 2019	Nota média no IDEB, escolas públicas – Anos finais do Ensino Fundamental – 2017 (de 0 a 10)
Duque de Caxias	2.891,38	8,0	3,6
Nova Iguaçu	2.180,62	6,3	3,6
Belford Roxo	2.032,14	3,0	3,5
São João de Meriti	1.918,33	2,0	3,5
Magé	1.797,48	5,8	3,8
Mesquita	2.145,31	5,7	3,5
Nilópolis	1.905,09	5,4	3,9
Queimados	2.493,03	4,5	3,7
Itaguaí	3.626,94	6,8	3,6
Japeri	2.079,64	0,0	3,8
Seropédica	4.606,60	3,3	3,5
Guapimirim	1.907,19	10,6	3,8
Paracambi	1.819,73	8,0	4,0
Rio de Janeiro	4.117,35	10,5	4,7

Fonte: Casa Fluminense – Mapa da Desigualdade – Região Metropolitana do Rio de Janeiro 2020, com base nas seguintes fontes: Salário médio: RAIS-MTE e IPP dez/2018 | Leitos hospitalares: CNES-MS dez/2019 | Nota no IDEB: INEP 2017

Para além dos IDH, podemos avançar na análise das desigualdades socioespaciais da Baixada Fluminense por meio de outro indicador, o Índice de Bem-Estar Urbano – IBEU, desenvolvido pelo Observatório das Metrôpoles.

O IBEU permite iluminar outros aspectos das desigualdades socioespaciais vinculados aos bens de consumo coletivo urbanos, tendo em vista que seu índice é uma média dos indicadores reunidos em cinco componentes: mobilidade, condições ambientais, condições habitacionais, serviços coletivos e infraestrutura. Quando com-

paramos os indicadores alcançados pelos municípios da Baixada Fluminense entre si e com o Rio de Janeiro, percebemos que estes estão em situação que expressam a precariedade relativa que caracteriza a metrópole, com destaque para os municípios de Belford Roxo, Japeri, Queimados e Magé que ocupam posições muito inferiores no ranking, e em quase todos os componentes considerados.

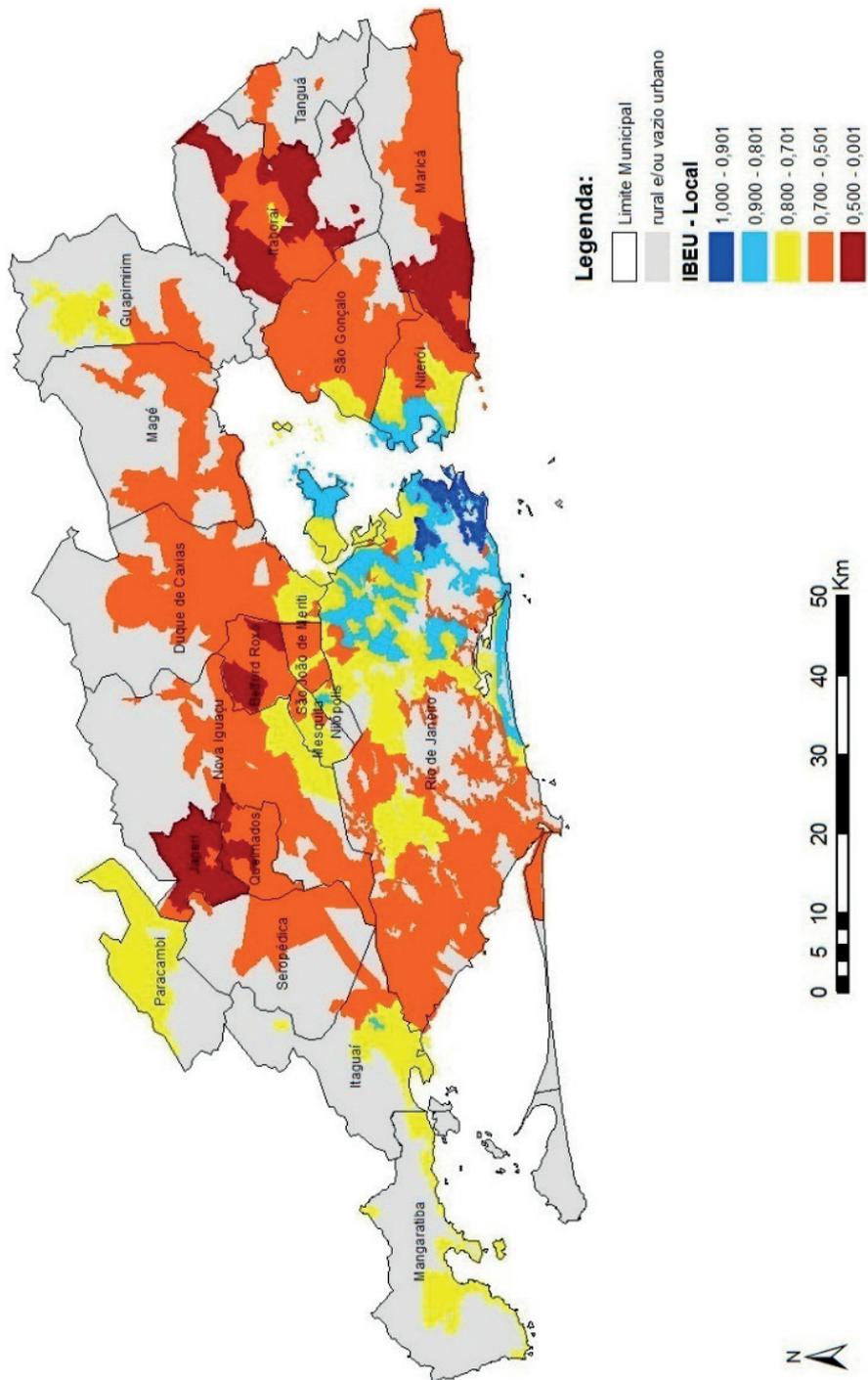
No âmbito nacional, o município do Rio de Janeiro ocupa a 1.707^o posição. Os municípios mais próximos desta posição são Nilópolis (1.813^o) e Paracambi (1.995^o) com os demais municípios ocupando posições bem abaixo no ranking.

Índice de bem-estar urbano e suas dimensões dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 2010

Nome do município	Dimensões					IBEU	Ranking Nacional
	Mobilidade	Condições ambientais	Condições habitacionais	Serviços coletivos	Infraestrutura		
Belford Roxo	0,471	0,684	0,773	0,807	0,517	0,650	5071 ^o
Duque de Caxias	0,611	0,770	0,801	0,818	0,689	0,738	3809 ^o
Guapimirim	0,789	0,902	0,811	0,690	0,623	0,763	3181 ^o
Itaguaí	0,875	0,741	0,812	0,849	0,601	0,776	2850 ^o
Japeri	0,355	0,667	0,737	0,750	0,354	0,573	5480 ^o
Magé	0,644	0,796	0,795	0,664	0,489	0,678	4815 ^o
Mesquita	0,601	0,812	0,831	0,933	0,640	0,764	3174 ^o
Nilópolis	0,596	0,887	0,858	0,965	0,769	0,815	1813 ^o
Nova Iguaçu	0,528	0,797	0,816	0,854	0,586	0,716	4234 ^o
Paracambi	0,773	0,931	0,815	0,859	0,662	0,808	1995 ^o
Queimados	0,434	0,806	0,789	0,819	0,512	0,672	4872 ^o
São João de Meriti	0,598	0,716	0,802	0,943	0,665	0,745	3628 ^o
Seropédica	0,717	0,755	0,808	0,809	0,365	0,691	4652 ^o
Rio de Janeiro	0,691	0,865	0,823	0,948	0,771	0,819	1707 ^o

Fonte: Observatório das Metrôpoles.

Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU - Local) – Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 2010



A promoção da cidadania plena na Baixada Fluminense também requer um conjunto de ações visando ampliar a acessibilidade e melhorar as condições de vida das pessoas portadoras de deficiência física. Nos municípios ainda encontramos diversos problemas: calçadas inapropriadas, ausência de acessos adaptados aos edifícios públicos, transportes e praças, páginas da internet sem ferramentas adequadas para deficientes visuais, além da ausência de políticas de inserção profissional e integração social. Até mesmo as informações disponíveis sobre a questão dos deficientes físicos é bastante precária o que dificulta o planejamento de políticas voltadas para este tema.

Por fim, cabe destacar a importância de políticas interseccionais envolvendo gênero, raça, sexualidades e classe social. Aqui cabe destacar a importância de políticas de promoção do protagonismo das mulheres e de combate ao machismo, políticas de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo, e políticas de promoção da cidadania da população LGBTQI+ e de combate à LGBTQI+fobia..

2.4. A Baixada Fluminense como um território marcadamente afrodescendente

A maior parte da população da Baixada Fluminense é afrodescendente. A presença e importância da população negra não é apenas demográfica, mas se expressa também em uma diversidade de práticas culturais e religiosas, como o samba, o candomblé e a umbanda, a culinária, o jongo, a capoeira, entre outras manifestações.

No entanto, a população afrodescendente, apesar de ser majoritária na região, ainda encontra poucos canais de valorização cultural e socialmente se constitui no grupo mais vulnerável à exclusão social, se constituindo no grupo social de menor renda e menor escolaridade.

Tabela – Percentual da população por cor ou raça e diferença de remuneração salarial entre brancos e negros no emprego formal – Município da Baixada Fluminense, 2010

Município	Cor ou raça		Diferença de remuneração salarial média entre brancos e negros no emprego formal
	Não Branca (preta, parda e amarela) (%)	Branca (%)	
Belford Roxo (RJ)	68	32	12,2%
Duque de Caxias (RJ)	65	35	27,2%
Guapimirim (RJ)	61	39	0,9%
Itaguaí (RJ)	61	39	17,5%
Japeri (RJ)	71	29	31,6%
Magé (RJ)	64	36	8,0%
Mesquita (RJ)	63	37	1,2%
Nilópolis (RJ)	58	42	4,5%
Nova Iguaçu (RJ)	64	36	14,0%
Paracambi (RJ)	57	43	9,5%
Queimados (RJ)	67	33	5,2%
São João de Meriti (RJ)	64	36	8,9%
Seropédica (RJ)	60	40	15,9%
Rio de Janeiro (RJ)	49	51	41,9%

Fontes: (i) Cor e Raça: IBGE – Censo Demográfico, 2010; (ii) Diferenças salariais: RAIS-MTE /2018, sistematizadas pelo Casa Fluminense – Mapa da Desigualdade 2020.

2.5. Violência e ilegalismos

A vulnerabilidade social da Baixada Fluminense caminha lado a lado com outro aspecto perverso que marca sua história: as práticas dos esquadrões da morte. Na atualidade, essas práticas são associadas à atual expansão das milícias, que juntamente com os grupos de tráfico de drogas controlam grande parte dos territórios populares da região.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito ao racismo institucional incorporado nas práticas das agências do Estado, em especial na polícia, que tem fortes impactos sobre a população negra que vive na Baixada Fluminense, conformando uma necropolítica que incide sobretudo sobre os jovens, na forma de assassinatos, chacinas e desaparecimentos.

O Fórum Grita Baixada, tomando como referência os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) publicou o boletim “Racismo e Violência na Baixada Fluminense” sistematizando informações que revelam que das 404 pessoas mortas pela polícia na região, em 2020, 73% eram pretas ou pardas.² Em Nilópolis, das cinco pessoas assassinadas pela polícia, todas eram pretas ou pardas. Mas também se destacam São João de Meriti com 84,5% de negros (pretos ou pardos) assassinados pela polícia, seguido de Magé (83,3%), Belford Roxo (83,1%) e Duque de Caxias (75,9%).³

O padrão violento de atuação da polícia e o racismo institucional do Estado é reforçado pelos dados sobre letalidade da polícia. Os dados do boletim “Racismo e Violência na Baixada Fluminense” mostram que, em geral, a taxa de letalidade da polícia dos municípios da Baixada Fluminense é superior a do município do Rio de Janeiro, sendo que Japeri, que tem a taxa mais alta da região, com 34,11 mortos pela polícia por 100 mil habitantes, a taxa chega a ser oito vezes maior do que o da cidade do Rio de Janeiro. Também se destacam com altas taxas de letalidade policial os municípios de Belford Roxo (11,69 por 100 mil habitantes) e Mesquita (10,77 por 100 mil habitantes). Cabe registrar que Duque de Caxias, Belford Roxo, Magé, Itaguaí, Japeri, Guapimirim e Paracambi registraram aumento de mortes por ação policial no primeiro semestre de 2021 em relação ao ano anterior.

Os dados sistematizados pelo Fórum Grita Baixada mostram o percentual de homicídios de pessoas negras decorrentes da intervenção policial em relação ao total. É impressionante constatar que, em 2020, a maioria das vítimas da violência policial é negra, em quase todos os municípios considerados, com exceção de Itaguaí (48,5%). Neste quesito os municípios da Baixada Fluminense não se diferenciam da cidade do Rio de Janeiro (82,1%), que também apresenta um elevado percentual de homicídios de pessoas negras

² Cf. <https://drive.google.com/file/d/1-T3LS5F4RENihKDzSijqHPXfsmBhndeV/view>, acessado em fevereiro de 2022.

³ Cf. <https://extra.globo.com/casos-de-policia/na-baixada-fluminense-pretos-pardos-sao-mais-de-70-dos-mortos-em-operacoes-rv1-1-25140686.html>, acessado em fevereiro de 2022.

decorrentes de intervenção policial. A violência da polícia e sua aposta no confronto armado permitem caracterizar sua atuação como genocídio da população negra que precisa ser interrompido.

Letalidade Policial – Baixada Fluminense – 2020-2021

Município	Taxa de letalidade da polícia (Jan-Jun 2021)	Total de pessoas mortas pela polícia em todo o ano de 2020	Percentual de homicídios de pessoas negras decorrentes de intervenção policial, em relação ao total
Duque de Caxias	5,95	83	73,9%
Nova Iguaçu	2,06	52	71,2%
Belford Roxo	11,69	71	83,1%
São João de Meriti	6,77	58	84,5%
Magé	4,06	18	83,3%
Mesquita	10,77	29	62,8%
Nilópolis	1,84	5	100%
Queimados	3,96	26	61,5%
Itaguaí	8,90	33	48,5%
Japeri	34,11	26	57,7%
Seropédica	0	Sem registro	0
Guapimirim	4,87	2	50,0%
Paracambi	3,8	1	100%
Baixada Fluminense	6,52	404	73,0%
Rio de Janeiro	4,31	415	82,1%

Fonte: ISP 2020, sistematizado pelo Fórum Grita Baixada – Boletim racismo e Violência na Baixada Fluminense, Edição Nº 1, Julho de 2021.

Outro aspecto importante a ser considerado é a violência contra as mulheres. Com exceção de Belford Roxo e Japeri, todos os demais municípios da Baixada Fluminense apresentam taxas de registros de violência contra a mulher mais elevadas do que a capital, com destaque para os municípios de Paracambi (20,5 registros de violência contra a mulher por mil mulheres), Guapimirim (17,2) e Magé (17,1). Cabe destacar que dentre os municípios da Baixada Fluminense, apenas sete têm delegacias especializadas de atendimento à mulher.

Violência Contra a Mulher – Baixada Fluminense – 2018

Município	Casos registrados de violências contra a mulher por mil mulheres	Tem delegacia especializada de atendimento à mulher – DEAM ou Núcleos de Atendimento à Mulher – NUAM
Duque de Caxias	14,8	DEAM
Nova Iguaçu	15,7	DEAM
Belford Roxo	11,4	DEAM
São João de Meriti	13,3	DEAM
Magé	17,1	Não tem
Mesquita	14,6	NUAM
Nilópolis	16,5	NUAM
Queimados	16,02	NUAM
Itaguaí	14,1	Não tem
Japerí	12,9	Não tem
Seropédica	15,1	Não tem
Guapimirim	17,2	Não tem
Paracambi	20,5	Não tem
Rio de Janeiro	13,0	Não tem

Fonte: ISP 2018, sistematizadas pelo Casa Fluminense – Mapa da Desigualdade 2020; DEAMs e NUAMs – Polícia Civil do Rio de Janeiro

Por fim, cabe destacar que esta violência tem grande expressão nos espaços institucionais dos municípios da Baixada Fluminense, com representantes eleitos nas câmaras de vereadores vinculados a grupos milicianos, que sistematicamente entram em conflito pelo controle dos territórios. Com efeito, é expressivo o número de agentes políticos e vereadores da Baixada Fluminense assassinados a cada legislatura. Tomando como referência o período de 2015 à 2020, um levantamento feito pelo Observatório de Favelas em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Witwatersrand – WITS da África do Sul mostra que a cada 50 dias ocorreu o assassinato de um político na Baixada Fluminense, sendo que deste universo, 14 eram candidatos à vereadores.⁴ E a violência continua após este período: três dos 29 eleitos em 2020 em Duque de Caxias já foram assassinados.⁵

⁴ Cf. <https://extra.globo.com/noticias/rio/a-cada-50-dias-um-agente-politico-morto-na-baixada-fluminense-maioria-sao-candidatos-veredores-25318269.html>, acessado em janeiro de 2021.

⁵ Cf. <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2021/10/15/o-assunto-559-os->

2.5. Cultura e Criatividade

Palco de uma diversidade de grupos culturais, a Baixada Fluminense também é um território marcado por práticas criativas e experimentos inovadores, em especial promovidos pelas organizações e movimentos populares.

Nos anos 1980 e 1990, a Baixada Fluminense abrigou um forte movimento de Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e também um forte movimento associativo de bairros, no qual se destacam o MAB, MUB, ABM, e o Comitê Popular da Baixada Fluminense. Nos anos 2000 emergem uma diversidade de movimentos culturais espalhados por todos seus municípios.

Pensar a Baixada implica em conhecer e levar em consideração seu tecido associativo e suas formas de ação coletiva que expressam e vocalizam identidades coletivas e reivindicações por reconhecimento e redistribuição.

Apesar do grande número de iniciativas culturais na região – grupos de festa junina, blocos de samba, pagode, de música e teatro – a Baixada tem poucos equipamentos culturais e espaços públicos de expressão cultural e artística, privando seus moradores do acesso à cidadania cultural. Esta desigualdade é expressa no baixo número de salas de cinema e museus. Japeri, Mesquita e Paracambi não tem nenhum museu, enquanto Belford Roxo, Magé, Mesquita, Queimados, Japeri, Seropédica e Guapimirim não tem nenhuma sala de cinema. Também chama a atenção o baixo percentual de domicílios dos municípios da Baixada Fluminense que tem acesso a internet de banda larga fixa quando comparado com o percentual do Rio de Janeiro. Enquanto na capital 71,9% dos domicílios tem acesso à banda larga fixa, na maioria dos municípios da Baixada Fluminense este percentual não alcança nem metade dos domicílios, com destaque para Japeri (19,2%), Belford Roxo (24,2%) e Queimados (27,6%) pelo baixo acesso à internet. É papel do Estado incentivar e fomentar a produção cultural da região, criando laços de identidade e possibilidades de integração social.

vereadores-mortos-na-baixada-fluminense.ghtml, acessado em janeiro de 2021.

População Estimada da Baixada Fluminense – 2021

Município	Quantidade de museus no território	Quantidade de salas de cinema	Percentual de pontos de acesso à internet banda larga fixa em relação ao número de domicílios
Duque de Caxias	4	8	41,8%
Nova Iguaçu	1	13	42,7%
Belford Roxo	2	0	24,2%
São João de Meriti	2	6	45,2%
Magé	2	0	31,7%
Mesquita	0	0	45,4%
Nilópolis	2	3	63,2%
Queimados	0	0	27,6%
Itaguaí	2	4	36,5%
Japeri	0	0	19,2%
Seropédica	2	0	32,8%
Guapimirim	2	0	47,3%
Paracambi	0	1	31,2%
Rio de Janeiro	136	216	71,9%

Fonte: Fonte: (i) Museus: IBRAM, 2020; (ii) Salas de Cinema: ANCINE, 2020; (iii) Fonte: Anatel, 2020), sistematizadas pelo Casa Fluminense – Mapa da Desigualdade 2020.

2.6. A Baixada Fluminense como território marcado por injustiças ambientais

O processo histórico de ocupação do solo na Baixada Fluminense entrelaça uma intensa urbanização, ocupação informal, fluxos migratórios, instalação de indústrias poluentes e degradação ambiental.

Como destaca Tatiana Cotta Gonçalves Pereira⁶, este processo histórico de ocupação da região progressivamente foi configurando a Baixada Fluminense como zona de sacrifício. Zona de sacrifício é uma expressão usada por movimentos de justiça ambiental para designar áreas onde se observam a justaposição de populações de baixa renda ou de minorias e empreendimentos e instalações promotoras de degradações ou riscos ambientais.

⁶ Cf. PEREIRA, Tatiana Cotta Gonçalves. Sustentabilidade e justiça ambiental na Baixada Fluminense: identificando problemas ambientais a partir das demandas ao Ministério Público. Cadernos Metrôpoles, São Paulo, v. 15, n. 29, pp. 339-358, jan/jun 2013.

No caso da Baixada Fluminense, Pereira (2013, p. 342) observa que:

A área tem uma concentração industrial maciça, com a presença de grandes e poluidoras empresas em toda a região. Somente para citar algumas, Duque de Caxias tem o maior parque industrial do Estado, tendo empresas cadastradas como Texaco, Shell, Esso, Ipiranga, White Martins, IBF, Transportes Carvalhão, Sadia, Ciferal, entre outras, além de uma das maiores refinarias da Petrobrás, a Reduc. O município de Queimados conta com um distrito industrial (DI), assim como Xerém, em Caxias. Nova Iguaçu tem fábricas como a Granfino, Embelleze, muitas indústrias químicas e indústrias que trabalham com aço e metal. As pedreiras e a extração de areia também foram e são as principais atividades econômicas da região, sobretudo em Itaguaí e Seropédica.

A região também acumula diversos lixões e aterros sanitários que trazem diversos impactos perversos para sua população.

Nesse cenário, são diversos os problemas socioambientais, entre os quais se destacam: lixões espalhados pelas cidades, áreas sujeitas a constantes inundações, poluição dos rios que parecem canais de esgoto a céu aberto, e desmatamento da mata atlântica com impactos no aquecimento da região.

Mas a região tem um enorme potencial ambiental. Como destaca Pereira (2013, p. 342):

No entanto, a localidade se caracteriza também por suas áreas verdes. Podemos demonstrar tal afirmativa pela presença da Reserva Biológica do Tinguá, em Nova Iguaçu, a Floresta Nacional Mário Xavier em Seropédica, Parques Municipais da Taquara (Duque de Caxias), de Nova Iguaçu, APA de Guapimirim, Parque Natural Municipal do Curió (Paracambi), APAs da Bacia do Guandu, Caixa d'água e Gericinó-Mendanha. Existem ainda trinta e cinco rios que deságuam na Baía de Guanabara, aquíferos, mananciais hídricos e mesmo a maior estação de tratamento de água do mundo, que fica em Seropédica.

Assim, para desenvolver uma política de desenvolvimento local democrática, justa e sustentável, é fundamental o enfrentamento

dos dispositivos que tornam a Baixada Fluminense uma zona de sacrifício e o desenvolvimento de uma política ambiental que valorize e fortaleça seu meio ambiente como um comum, a ser preservado e usado de forma coletiva e responsável.

2.7. Comunicação e disputa territorial

A questão da comunicação é estratégica na disputa de narrativas, representações, formas de apropriação e poder na Baixada Fluminense. Retratada muitas vezes de forma pejorativa e preconceituosa pelos grande meios de comunicação, a Baixada Fluminense tem poucos meios de comunicação sediados e dedicados à região.

Nos últimos anos, surgiram algumas iniciativas de portais na Baixada Fluminense que se dedicam a construir uma visão crítica da região (Site da Baixada (<https://sitedabaixada.com.br/>), divulgar serviços e aspectos positivos (Baixada Fácil – <https://baixada-facil.com.br/>), ou simplesmente divulgar notícias em geral (Jornal Destaque Baixada <https://www.jornaldestaquebaixada.com/> e Notícias da Baixada – <https://www.noticiasdabaixada.com/>)

Mas também existem uma enormidade de grupos que se comunicam por meio das redes sociais, por meio do whatsapp, facebook, instagram e outras, configurando redes de comunicação, muitas delas controladas por grupos conservadores que disseminam as chamadas fake news.

A disputa de narrativa e a construção de um novo projeto de desenvolvimento para a região requer pensar nessas redes de comunicação e pensar mecanismos de informação crítica sobre a Baixada Fluminense que possam promover o direito à cidade.

Seminário Baixada em Movimento: povo, cultura e poder

3 DE JUNHO DE 2023

Esboço da Carta pelo a direito à Cidade da Baixada Fluminense

A proposta é que este documento seja discutido nos grupos de trabalho para se transformar na Carta pelo Direito à Cidade da Baixada Fluminense.

Eixo 1 – Uma Baixada Fluminense com mais igualdade socioespacial, emprego e renda e integrada regionalmente

Nesta área devem ser discutidas e definidas ações relacionadas à promoção de uma economia dinâmica, diversificada e criativa.

Ações prioritárias:

A criação da Agência de Desenvolvimento da Baixada Fluminense, com núcleos nos municípios da região. A Agência de Desenvolvimento da Baixada Fluminense terá por objetivo integrar as diversas ações e projetos existentes – governamentais, não governamentais e privados – na perspectiva de um desenvolvimento regional sustentável e democrático.

A Agência terá as seguintes funções:

- a. Integração das intervenções do poder público na Baixada Fluminense no plano federal, estadual e municipal;
- b. Integração com diversas universidades do Rio de Janeiro (UFRJ, UERJ, RURAL e UFF) – criando incentivos à produção acadêmica a respeito dos problemas socioeconômicos da região metropolitana;

- c. Formação de Técnicos – Oferecer cursos de especialização para os técnicos das prefeituras locais;
- d. Centro Informacional – Oferecer uma estrutura de produção de dados sócio-econômicos que orientem a ação dos atores locais;
- e. Incubadora de Empresas – Apoiar projetos de empreendedores e empresários através do desenvolvimento de tecnologias, capacitação gerencial e estudo de viabilidade econômica;
- f. Incubadora de Cooperativas – Disseminar a cultura cooperativista na região e desenvolver assessoria tecnológica e gerencial;
- g. Estimular a integração das cooperativas, micro e pequenas empresas através de estudos sobre as cadeias produtivas da região, bem como ao estímulo a produção de novas atividades econômicas;
- h. Atração de grandes empreendimentos e investimentos resguardando sua sustentabilidade ambiental;
- i. Desenvolver uma política agrícola na região, voltada para o seu abastecimento interno;
- j. Desenvolver tecnologias ligadas ao processamento de produtos agrícolas;
- k. Formação de agentes de desenvolvimento local, em parceria com as ONGs e entidades sem fins lucrativos. Teriam como função formar agentes de desenvolvimento local, capazes de assessorar empreendedores a criar e desenvolver o seu negócio;
- l. Coordenação dos recursos orçamentários do Estado destinados à Baixada Fluminense;
- m. Agenciamento de recursos nacionais e internacionais.

Dado o caráter da Agência, ela será responsável pela articulação de todas as políticas setoriais, na perspectiva do projeto de desenvolvimento da região e na sua integração com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Eixo 2 – Uma Baixada Fluminense com Moradia para todos

Os municípios da Baixada Fluminense são caracterizados por fortes precariedade habitacionais, resultante tanto do déficit habitacional

como da ausência de infraestrutura requerida para garantir qualidade de habitabilidade às moradias existentes. Nesse sentido, são necessárias ações visando a promoção do direito à moradia para a população.

Ações Prioritárias:

a) Construção de 10 mil unidades habitacionais de interesse social, em áreas infraestruturadas, sendo parte deste estoque construído em parceria com os movimentos populares em autogestão.

b) Elaboração do Plano de Habitação de Interesse Social da Baixada Fluminense – Programa de construção de unidades habitacionais visando reduzir o déficit na faixa de até 2 SM.

c) Implantar Programa de assistência técnica e financiamento de materiais de construção para melhorias habitacionais, priorizando as famílias com renda até 2 SM.

d) Criação do Núcleo de Regularização Fundiária da Baixada – assistência jurídica e urbanística para a regularização da propriedade da terra.

e) Programas para Áreas de Risco – atuação corretiva (buscando melhorar as condições ambientais que impliquem em risco) ou reassentamento, em casos onde seja inviável a manutenção da ocupação, casos em que se tem como princípio o reassentamento em áreas próximas à ocupação original.

Eixo 3 – uma Baixada Fluminense com mobilidade e integração

O problema da mobilidade é extremamente grave na Baixada Fluminense, tanto no que diz respeito à integração da região ao núcleo metropolitano como da integração dos municípios da própria Baixada.

Ações prioritárias:

a) Estabelecimento da tarifa única envolvendo os municípios da Baixada Fluminense e o município do Rio de Janeiro

b) Criação de corredores de transporte, integrando o metrô da Pavuna e os municípios da Baixada.

Eixo 4 – Uma Baixada Fluminense com acesso universalizado nos serviços de saneamento básico

Apesar dos diversos programas implementados nos últimos anos no campo do saneamento, que resultaram no aumento na porcentagem de residências atendidas pelos serviços de abastecimento de água, coleta de lixo e de esgotamento sanitário, verifica-se ainda uma grande diferença no atendimento e na qualidade dos mesmos serviços, quando se compara a região com a capital do Estado. Grande parte das vias públicas ainda não tem pavimentação e os serviços de transportes, além de caros, são bastante deficientes.

Ações Prioritárias:

a) Redefinição de um Plano de Saneamento Ambiental para a Baixada Fluminense, orientado pelos princípios de universalização do acesso aos serviços, equidade e justiça social, e de preservação da qualidade do meio ambiente. O plano deverá ser baseado em um diagnóstico detalhado dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e tratamento de resíduos sólidos, que definirá e hierarquizará carências, a ser realizado pelo estado em articulação com as prefeituras, com recursos financeiros e técnicos mobilizados pelo estado. O Plano deverá ser discutido com as prefeituras e entidades da sociedade civil, sobretudo aquelas que representam os interesses dos usuários, e deverá orientar os investimentos estaduais em saneamento na região.

b) Atualização do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara e elaboração de uma nova etapa do programa, que deverá contemplar metas estabelecidas em consonância com o Plano de Saneamento Ambiental para a Baixada Fluminense

c) Criação de um Programa de Capacitação dos Municípios em Saneamento, visando criar capacidade técnica e política na gestão dos serviços de saneamento

Eixo 5 – Uma Baixada Fluminense ambientalmente sustentável

Neste tópico devem ser discutidas as propostas para o uso e preservação dos recursos naturais da Baixada Fluminense, envolvendo a gestão dos bens comuns e o aproveitamento do seu potencial turístico de forma sustentável.

Ações Prioritárias:

- a) Tornar a Reserva de Tinguá como polo ambiental de referência de lazer e turístico da região.
- b) Incentivar a implantação de indústrias e serviços não poluentes;
- c) Promover educação ambiental.
- d) desenvolvimento de um programa de arborização, em parceria com as prefeituras municipais da região.

Eixo 6: Uma Baixada Fluminense com mais educação

Educação é um direito fundamental. Este tópico deve se dedicar a enfrentar diversos problemas: baixa escolaridade, altas taxas de evasão escolar entre os jovens e grandes desigualdades educacionais.

Ações prioritárias:

- a) Criação pelo governo do estado do Programa de Estadual Qualificação do Ensino Público na Baixada Fluminense, em parceria com as prefeituras municipais da região, visando fortalecer qualidade do ensino fundamental e médio, e o desempenho expresso na média das notas do IDEB.
- b) Ampliação da rede de creches e de ensino fundamental;
- c) Criação de um fórum das universidades públicas (UERJ, UFRJ, UFF, e Institutos Federais) visando a ampliação dos campus universitários na Baixada Fluminense e incentivo para a adoção de uma política universitária baseada (i) na construção de mecanismos que permitam a acessibilidade dos estudantes da região, como por exemplo a criação de cursos noturnos; (ii) na inovação metodológica adaptada àquela realidade social; (iii) na capacidade de pesquisa

de ponta voltada para os temas do desenvolvimento regional; (iv) na integração entre ensino, pesquisa e extensão.

d) Incentivo a Programas de Formação voltados aos grupos sociais discriminados, como negros e carentes.

e) Programa de capacitação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação

Eixo 7: Uma Baixada Fluminenses com mais saúde

Saúde é um direito fundamental. Este tópico deve se dedicar a enfrentar diversos problemas: altos índices de mortalidade infantil, altas taxas de endemias e epidemias, enormes filas dos postos de saúde, deficit de leitos e de consultas e baixa eficiência das unidades existentes.

Ações Prioritárias:

a) Fortalecimento do Programa Médico de Família na Baixada Fluminense.

b) Fortalecimento do Programa Médico de Família nos municípios da Baixada.

c) Fortalecimento do sistema de saúde, com investimento na rede de unidades de mistas como referência para as unidades menores, fazendo a triagem para a rede de hospitais existentes.

d) Fortalecimento da Central de Internação da Baixada, articulando a rede clínica e hospitalar existente.

e) Fortalecimento dos programas de saúde preventivos e de campanhas educativas, como por exemplo DST – AIDS, hanseníase, câncer na mama, etc.

f) Programa de controle de endemias e epidemias como a Covid-19, dengue, coléra, diarreia e eutros.

g) Fortalecimento do das instâncias de controle social nos municípios

Eixo 8 – Uma Baixada Fluminense das Crianças, voltada para o Futuro

Neste eixo é dada atenção especial à infância como um direito fundamental das crianças. O direito à infância envolve o direito à alimentação, ao lazer, à educação e à saúde. Com a crise social vivida pelo país, a fome e a desnutrição infantil voltaram a ser um tema a ser enfrentado como prioridade. A desnutrição infantil, principalmente na primeira infância (até 59 meses), provoca danos, muitas vezes irreversíveis, ao desenvolvimento físico, intelectual e emocional das crianças.

Ações prioritárias:

a) Erradicar a desnutrição materno-infantil através da mobilização permanente da sociedade para desenvolver ações solidárias, exercer a fiscalização dos serviços públicos e participar da elaboração de políticas públicas.

b) Promover práticas solidárias de identificação dos desnutridos(as) e da busca de soluções imediatas e concretas que restabeleçam o direito materno-infantil à alimentação e à infância de todas as comunidades;

c) Exercer a fiscalização e o controle social sobre os serviços públicos da localidade, visando garantir uma alimentação de qualidade nas escolas e creches e um efetivo funcionamento do programa de acompanhamento da saúde infantil e materna;

d) Ampliar a consciência acerca das causas da desnutrição e da violação dos direitos das crianças e adolescentes e disseminar junto à comunidade o Estatuto da Criança e do Adolescente e as atribuições do Conselho Tutelar.

Eixo 9: Uma Baixada Fluminense Diversificada Culturalmente

O direito à diversidade cultural é um aspecto fundamental da cidadania. Apesar da diversidade cultural existente na Baixada Fluminense, ainda existem diversos grupos sociais e linguagens culturais que reivindicam reconhecimento.

Ações prioritárias:

a) Realização do Festival de Cultura e Direito à Cidade da Baixada Fluminense, reunindo apresentações nas diversas linguagens culturais, com eventos itinerantes nos diversos municípios da Baixada Fluminense.

b) Fortalecimento e ampliação dos pontos de cultura da Baixada Fluminense.

c) Criação de Centros poliesportivos, com quadra de esportes, teatro e locais para apresentação cultural.

d) Apoio às secretarias municipais de esporte, buscando seu fortalecimento e a articulação das iniciativas

e) Realização de eventos esportivos e culturais nos municípios.

f) Criação de praças e parques em parceria nos municípios da Baixada Fluminense.

Eixo 10: Uma Baixada Fluminense com mais paz e direitos humanos

Este tópico é dedicado a discussão da expansão das milícias e o enfrentamento das práticas de extermínio e assassinatos, e todas as formas de violência contra mulheres, negros e a população LGBTQI+.

Ações prioritárias:

a) Adotar o tema dos direitos humanos como um tema transversal, com designação de pessoas e órgãos responsáveis em todas as secretarias de governo, com a elaboração de ações de direitos humanos estabelecidas em todos os planos setoriais.

b) Promover programas de capacitação institucional em direitos Humanos em todos os municípios

c) Instituir Conselhos Municipais de Direitos Humanos nos municípios.

e) Promover campanhas de sensibilização da população

f) Elaboração e implementação do Plano Regional de Redução da Mortalidade da Juventude Negra e Periférica

g) Identificação dos territórios dominados por milícias e promoção de ações, em conjunto com a polícia militar, visando o desmantelamento das organizações milicianas.

h) Instituição de núcleos de direitos humanos para acompanhar as ações da polícia nos territórios populares e favelas.

i) Desenvolvimento de políticas para o enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher na Baixada Fluminense.

j) Desenvolvimento de políticas para o enfrentamento de todas as formas de violência contra a população LGBTI+ na Baixada Fluminense, incluindo campanhas contra a LGBTIfobia.

k) Implementação de políticas para enfrentamento da mortalidade de pessoas travestis e transexuais na Baixada Fluminense.

Eixo 11 -Uma Baixada Fluminense com Mulheres Protagonistas

A Baixada Fluminense ainda é profundamente marcada pelas desigualdades de gênero e pela violência contra as mulheres. Os municípios da região, em geral, apresentam altas taxas de feminicídio, além de não oferecerem serviços públicos adequados para a promoção da cidadania das mulheres.

Ações prioritárias:

a) A criação de centros de referência voltados à saúde integral da mulher, incluindo atendimentos em saúde mental, nutrição, capacitação profissional, apoio e orientação social, atendimento pré-natal, com garantia de alimentação adequada para a mãe gestante.

b) Fortalecimento dos serviços públicos de combate à violência contra a mulher, com a criação de novas Delegacias da Mulher e ampliação do número de instituições de acolhimento para mulheres em risco de morte, e criar em parceria com municípios Casas de Passagem para mulheres em situação de violência.

c) Criação de Centros de Qualificação Profissional da Mulher, voltados para a promoção de atividades de capacitação, formação sociopolítica, inserção no mercado de trabalho e fomento ao empreendedorismo.

d) No escopo do enfrentamento à desigualdade, Raquel quer implantar o Programa Mãe na Escola, por meio do qual estimularia as mulheres com baixa escolaridade a retomarem os estudos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a qualificação profissional.

Eixo 12 – Uma Baixada Fluminense com igualdade racial e diversidade religiosa

A Baixada Fluminense é um território marcadamente afrodescendente, mas a população negra sofre os impactos da discriminação e da ausência de políticas de promoção da igualdade racial. Assim, é fundamental pensar políticas que possibilitem a reparação e a cidadania da população negra.

Ações prioritárias:

a) Criação de Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos do Negro.

b) Criação de Fundos Municipais de Promoção da Igualdade Racial e da Diversidade Religiosa.

c) Criação de Programas de Igualdade Racial e da Diversidade Religiosa em cada secretaria e órgão municipal.

d) desenvolver campanhas de sensibilização voltadas para a igualdade racial e para a diversidade religiosa.

Eixo 13 – Uma Baixada Fluminense sem preconceitos, com valorização das pessoas LGBTQIA+

A população LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersex) sofre inúmeros preconceitos e violências na Baixada Fluminense. É fundamental pensar políticas que possam garantir a cidadania deste grupo social.

Ações prioritárias:

a) criação de Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual.

b) Criação de Conselhos municipais de promoção da cidadania LGBTQIA+

C) desenvolver campanhas de sensibilização voltadas para O COMBATE A LGBTQI+fobia.

Eixo 14 – Uma Baixada Fluminense com acessibilidade e cidadania das pessoas com deficiência física

É fundamental promover os direitos das pessoas com deficiência, por todos os meios legais que se fizerem necessários;

Ações prioritárias:

a) promover programas de acessibilidade envolvendo o estabelecimento de rotas acessíveis nos municípios.

b) articular intervenção para melhoria da qualidade no atendimento às pessoas com deficiência visual, principalmente usuários de cães guias junto aos aplicativos de transporte.

c) Implementação do programa itinerantes de atendimento para as pessoas com deficiência.

d) Desenvolver programas de acessibilidade aos espaços públicos e privados (parques, museus, lojas, etc).

e) Implantar oferta do recurso da Audiodescrição e interpretação de libras nos diversos equipamentos e espaços.

f) implantar atendimento educacional especializado da rede Municipal.

g) Desenvolver cursos de capacitação para os gestores.

